



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

REQUERIMENTO Nº , DE 2022 - CE

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner de Campos Rosário, informações sobre os indícios de irregularidades que a Controladoria-Geral da União afirmou ter encontrado no Ministério da Educação (MEC) quanto ao processo de liberação de verbas no âmbito do Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e em eventos realizados pelo MEC, após denúncias oriundas da gestão do Ministro da Educação Milton Ribeiro.

Nesses termos, requisita-se:

- 1- Todo o processo, com sua documentação, relacionada ao processo de apuração dos fatos, incluindo os respectivos registros eletrônicos com a comprovação das datas de criação e edição, os papéis de trabalho, atas de reunião, relatórios produzidos, relação dos servidores que integraram a comissão avaliadora e documentos conclusivos das autoridades competentes do referido órgão de controle interno e encaminhados a outros órgãos de investigação e persecução penal ou administrativa;
- 2 - Todos os documentos relacionados à recente Investigação Preliminar Sumária (IPS), aberta em 23/02/2022, e os próximos passos, assim como o nome dos servidores responsáveis pela sua condução.





JUSTIFICAÇÃO

Conforme divulgado pela imprensa desde a semana passada na imprensa, com o ápice de um áudio divulgado no qual o Ministro da Educação diz priorizar amigos de pastor a pedido do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação.¹ Os fatos narrados são gravíssimos e cabe a esta Comissão de Educação, a apuração com rigor dos eventos.

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, disse em entrevistas que encaminhou à CGU uma denúncia recebida pelo MEC em agosto de 2021 pedindo que fosse investigada suposta "prática de intermediação" no âmbito de atuação do Ministério da Educação.

Diversos veículos da imprensa nacional² noticiaram que um dos pastores que controlam um gabinete paralelo no Ministério da Educação pediu pagamentos em dinheiro e até em ouro em troca de conseguir a liberação de recursos para construção de escolas e creches, o que é gravíssimo.

Em meio a esse escândalo que assola o País, a Controladoria-Geral da União (CGU) se manifestou³, em nota pública de esclarecimento, afirmando que recebeu documentos do Ministério da Educação (MEC) relativos a duas denúncias: uma anônima que tratava de possíveis irregularidades que estariam ocorrendo em eventos realizados pelo MEC e outra sobre oferecimento de vantagem indevida, por

1

Disponível

em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/ministro-da-educacao-diz-priorizar-amigos-de-pastor-a-pedido-de-bolsonaro-ouca-audio.shtml>>.

2

<https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/03/23/cgu-diz-ter-encontrado-indicios-de-irregularidades-aos-denuncias-no-mec.htm>

3

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2022/03/cgu-esclarece-trabalhos-relativos-a-denuncias-enviadas-ao-orgao-pelo-mec>





parte de terceiros, para liberação de verbas no âmbito do Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Contudo, relato recebido por este Senador de fonte interna coloca em dúvida a real existência do referido processo ou de qualquer outro procedimento de controle para apuração do caso dentro da CGU, de modo que as alegações dos Ministros ficam postas em xeque.

Por essa razão, apresento o presente Requerimento de Informações e de Remessa de Documentos. Tais informações são essenciais para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão que, entre tantas atribuições, tem o dever regimental e constitucional de fiscalizar atos do Poder Executivo, com atenção ainda mais especial aqueles com indícios de desvio de recursos públicos ou fora dos princípios constitucionais norteadores dos atos da administração pública, como o da impessoalidade, legalidade e moralidade.

Por todo o exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, 25 de março de 2022.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)

